



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO: PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

**AGRESSÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA PROFESSORES
NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Adalberto Henrique da Cunha Oliveira

Professora: Dr^a. Auricélia Lopes Pereira

**João Pessoa
2014**

Adalberto Henrique da Cunha Oliveira

**AGRESSÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA PROFESSORES
NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Auricélia Lopes Pereira

**João Pessoa
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do ator, título, instituição e ano da dissertação.

O48a Oliveira, Adalberto Henrique da Cunha
Agressões e violências contra professores nas escolas públicas
[Manuscrito] : / Adalberto Henrique da Cunha Oliveira. – 2014.
43 p. : il. Color.

Digitado.

Monografia (Especialização em Fundamentos da Educação:
Práticas Pedagógicas Interdisciplinares) – Universidade Estadual
Da Paraíba, Pró-Reitora de ensino Médio, Técnico e Educação à
Distância, 2014.

“Orientação: Profa. Dra. Auricélia Lopes Pereira,
Departamento de História”.

1. Violência. 2. Alunos agressivos. 3. Agressividade contra
Professores. 4. Indisciplina escolar. I. Título.

21. ed. CDD 371.782

Adalberto Henrique da Cunha Oliveira

**AGRESSÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA OS PROFESSORES
NAS ESCOLAS PÚBLICAS**

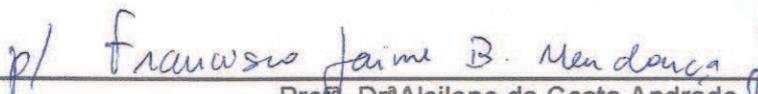
Monografia apresentada ao Curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 30 de Agosto de 2014

Banca Examinadora



Prof.^a Dr.^a Auricélia Lopes Pereira
Universidade Estadual da Paraíba



Prof.^a Dr.^a Alcilene da Costa Andrade
Universidade Estadual da Paraíba



Prof.^a Dr.^a Maria Ferreira de Araújo
Universidade Estadual da Paraíba

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a DEUS, Pai Todo Poderoso, por ter me dado dons e tudo o mais necessário para que eu pudesse chegar a este estágio. O que seria de mim sem a fé que tenho nEle?

A meus familiares, principalmente a meus pais, José Fraterno (Duquinha) e Marleide Cunha, sem os quais eu não existiria.

À professora Dr^a. Auricélia Lopes Pereira, que me orientou no desenvolvimento desta monografia, e a todos os meus professores do curso de especialização, os quais foram tão importantes na minha vida acadêmica.

A todos os meus ex-professores, pelo privilégio de tê-los como meus educadores, do primário à especialização.

A todos os educadores do Lyceu Paraibano e do Colégio Prof. Olívio Pinto, que me concederam entrevistas para a conclusão da pesquisa.

“A terra, porém, estava corrompida diante da face de Deus; e encheu-se a terra de violência”.

Gênesis 6:11

“Eis que clamo: Violência! Porém não sou ouvido. Grito: Socorro! Porém não há justiça”.

Jó 19:7

RESUMO

A questão da violência nas escolas perpassa o conceito de violência e de análise da instituição escolar. Com o aumento de casos de violência na escola e na sala de aula - principalmente quando vemos os seus efeitos concretos: a indisciplina, a falta de afeto nas relações com o professor, os confrontos velados, as ameaças de diferentes tipos, os tapas, a depredação, a exclusão, a calúnia - vê-se a necessidade de definir-se violência como uma agressão à outra pessoa, grupo ou a si mesmo, e, especificamente neste trabalho, agressões ao professor. Tais agressões podem ser físicas, simbólicas, verbais e institucionais, visando marginalizar e sujeitar os professores das instituições escolares. São mais comuns as agressões físicas e verbais dos alunos contra os professores, salientando que tais ações afetam negativamente o ambiente da escola e o monitoramento do desempenho nas relações alunos/professores, dificultando ou impossibilitando o processo de ensino-aprendizagem. Durante a realização dessa pesquisa, fez-se o registro de atos e situações que envolveram a violência, infrações e delitos ocasionados ou motivados pelos alunos contra os professores em duas escolas estaduais: o Lyceu Paraibano e o colégio Prof. Olívio Pinto, na cidade de João Pessoa, Paraíba. Analisaram-se as percepções desses docentes em relação à agressão sofrida, o clima escolar após a agressão, o sistema de punição das escolas, as medidas para combater e enfrentar as violências, o comportamento psicológico do agredido e as sugestões sobre como evitar - como se antecipar e lidar como o problema na sala de aula.

Palavras-chaves: Violência. Alunos agressivos. Agressividade contra Professores. Educação escolar. Indisciplina Escolar.

ABSTRACT

The issue of school violence permeates the concept of violence and analysis of the school. With the increase of violence in school and in the classroom especially when we see the actual effects: indiscipline, lack of affection in the relationship with the teacher, the veiled confrontation, threats of different types, the tapas, the depredation, exclusion, slander sees the need to define violence as an assault on another person, group or yourself, and specifically in this work, the teacher assaults. Such attacks can be physical, symbolic, verbal and institutional, aiming to marginalize and subject teachers in schools. Physical and verbal abuse of students against teachers, stressing that such actions adversely affect the school environment and performance monitoring in relations students / teachers, difficult or impossible the teaching-learning process are more common. During this survey, there was the registration of acts and situations involving violence, caused offenses and offenses or motivated by students against teachers in two public schools: the Lyceu Paraibano and college Prof. Olivio Pinto in the city of João Pessoa, Paraíba. Analyzed the perceptions of these teachers in relation to aggression, school climate after the attack, the punishment of the school system, measures to combat and cope with violence, the psychological behavior of the victim and suggestions on how to avoid - as if anticipate and deal as the problem in the classroom.

Keywords: Violence. Aggressive students. Aggression against teachers. School education. School indiscipline.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Os professores que responderam e os professores que não responderam ao questionário 27
Tabela 2 -	Tipos de agressões sofridas por cada docente.....	31
Tabela 3 -	Motivos pelos quais o aluno agride o professor.....	34
Tabela 4 -	As punições atribuídas ao aluno agressor.....	37

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO I	VIOLÊNCIA ESCOLAR, AGRESSÕES CONTRA OS PROFESSORES	12
1.1	Conceitos de violência.....	12
1.2	Indisciplina, violência e agressões contra professores.	13
1.3	Caracterizações dos alunos envolvidos na indisciplina da escola, em sala de aula.....	16
CAPÍTULO II	ESCOLA, A REDE DE PROTEÇÃO	18
2.1	Consequências da violência escolar para a qualidade do trabalho docente.....	18
2.2	O Conselho tutelar e o caráter coercitivo de suas decisões.....	19
2.2.1	Atribuições do conselho tutelar	20
2.2.2	Caráter coercitivo de suas deliberações.....	21
2.3	Encaminhamento e prevenção dos casos de violência contra os professores.....	23
2.3.1	Projeto de lei 191, de 2009 (Senado Federal - Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009)	24
2.3.2	PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência Contra Educadores).....	25
CAPÍTULO III	OS RELATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO	27
3.1	Objetivos da pesquisa	27
3.2	Análise e estudo das pesquisas realizadas no Lyceu Paraibano e no colégio Prof. Olívio Pinto	28
3.3	Motivos que levam o aluno à agressividade em sala de aula.....	32
3.4	Tipos de reações e transtornos emocionais após a agressão.....	34
3.5	Punições ao agressor.....	35
3.6	Relatos dos professores que sofreram agressões dos seus alunos.....	37
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço físico onde se busca a construção de saberes, de convivência e socialização. Os alunos buscam, em seu sistema metodológico educacional, desenvolver e descobrir suas principais habilidades para se profissionalizar, assim como expandir seus conhecimentos e relações sociais, realizar e construir desejos e impulsos para a formação de suas identidades. Mas a escola atual é um lugar que vem produzindo e reproduzido violências das mais variadas formas, em destaque a agressão de alunos contra professores. Essa agressão ganha nova expressão física e também simbólica, pois é frequentemente exposta nas redes sociais.

Seria a causa desses conflitos a falta de diálogo dos dirigentes e professores da escola com seus alunos? Ou seria o aumento de violência em um país desgovernado e sem cumprimento de leis, dando direitos e não deveres aos seus povos que, por sua vez, não estão demonstrando interesse pela cultura, pelo conhecimento, pela educação, nem pelas condições de vida dos jovens? A escola sempre estabelece normas que visam a organizar o seu funcionamento diário, mas, na maioria das vezes, não tem o domínio para responder através de seus objetivos.

De acordo com o *Programme for International Student Assessment* (PISA), os problemas de disciplina em sala de aula prejudicam o desempenho dos alunos. Problemas como as interrupções durante a aula, a falta de atenção dos alunos, o barulho, a desordem, assim como a demora - até que os alunos permitam que o professor inicie a aula - podem prejudicar de forma significativa o desempenho dos alunos no que diz respeito à sua proficiência.

O principal objetivo dessa pesquisa foi traçar um perfil dos professores em duas escolas da rede pública do estado da Paraíba, na cidade de João Pessoa, a partir da percepção destes com respeito aos relacionamentos entre os atores da violência e a comunidade escolar, no cotidiano em sala de aula. A análise desses problemas é muito importante já que a vulnerabilidade da escola frente às violências tem efeito direto tanto no clima escolar como na qualidade do ensino e no desenvolvimento dos alunos.

Os dados levantados nas pesquisas realizadas junto aos professores - que de alguma forma sofreram algum tipo de agressão - serviram como instrumento

fundamental para a elaboração deste trabalho. Este visa - ou pode - tornar a escola capaz de prevenir a violência a partir do diálogo e da boa convivência, uma vez que a violência é um fenômeno construído socialmente, e, portanto, passível de ser evitada.

Para ABRAMOVAY (2005), o cenário que se cria é de uma escola onde nem sempre as relações sociais são amistosas e harmônicas e onde os alunos e professores não se unem em torno de objetivos comuns. Dessa forma, a convivência na escola pode ser marcada por agressividade e violências, muitas vezes naturalizadas e banalizadas, comprometendo a qualidade do ensino-aprendizagem.

Na realização dessa pesquisa, fez-se o registro de atos e situações que envolveram violência, infrações e delitos em escolas estaduais na cidade de João Pessoa, Paraíba, ocasionados ou motivados pelos alunos contra os professores. Analisaram-se as percepções desses docentes em relação à agressão sofrida; o clima escolar após a agressão; o sistema de punição das escolas; as medidas para combater e enfrentar as violências; o comportamento psicológico do agredido; e apresentam-se sugestões sobre como evitar, como se antecipar e lidar com o problema na sala de aula.

Algumas das medidas seriam: a implantação de prevenção através de campanhas educativas que tenham por objetivo o enfrentamento e a anulação da violência física e ou moral que o aluno infringe contra educadores dentro da sala de aula; afastamento temporário ou definitivo da unidade de ensino de aluno agressor, dependendo da gravidade do delito cometido; transferência do aluno agressor para um turno oposto ao do professor agredido ou para outro estabelecimento escolar.

Em relação às autoridades educacionais, deve ser feito o levantamento de um processo administrativo que conclua pela permanência do professor na unidade de ensino; ou por um novo direcionamento: remanejamento ou licença temporária do educador que possa continuar sofrendo com a situação de risco de suas atividades profissionais, ou um possível tratamento de saúde.

O que não pode continuar é esse cenário de violência que se instala nas escolas e torna as relações sociais desarmônicas. Os alunos, os familiares e os professores não se unem em torno de uma educação em comum. Ao contrário, a convivência nas instituições vem sendo marcada por agressividade e violência contra professores, muitas vezes naturalizadas e banalizadas, que vem comprometendo a qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Sofrer agressões verbais e morais está fazendo parte da rotina diária de muitos profissionais de educação. No entanto, confusos diante do medo da impunidade que pode ocorrer e diante da arbitrariedade que por vezes se estabelece - o professor frequentemente é punido por leis que favorecem o agressor -, a maioria simplesmente tolera o desrespeito, ou transfere o caso ocorrido para a coordenação pedagógica: “infelizmente ainda não vejo possíveis soluções para este problema, a cada dia me sinto mais desmotivada a continuar em sala de aula.” (Professor A, 2014). Seria muito diferente se mudassem essa conduta, e passassem a usar os artifícios legais contra toda violência e desrespeito sofrido pelo educador.

Os professores sérios, competentes e que têm o maior compromisso pela educação, que dedicam a sua vida a educar se sentem cada vez mais acuados, agredidos, violentados por alunos e autoridades educacionais que não valorizam e nem respeitam o trabalho desses profissionais da educação. Esta é, na verdade, chamada de violência real, visível e invisível, sofrida por professores em sala de aula.

Esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, discutiremos a violência em si, o conceito, as indisciplinas e os tipos de violência. No segundo capítulo, discutiremos a rede de proteção ao agressor, suas atribuições e o encaminhamento do agredido às autoridades competentes. E, no terceiro capítulo, discutiremos os relatos dos professores agredidos e seus desânimos com a educação.

CAPÍTULO I: VIOLÊNCIA ESCOLAR, AGRESSÕES CONTRA OS PROFESSORES

1.1 Conceitos de violência

A violência está presente no cotidiano e ocorre geralmente, por pequenos motivos, como discussões, desentendimento e outros fatores banais. Podemos dizer que a violência tem como significado uma maneira de usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que cause dor e resulte em acidente, morte ou trauma psicológico.

Entendemos por violência uma realização determinada das relações de forças, tanto em termos de classes sociais, quanto em termos interpessoais. Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras e leis, preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. (...) como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência. (CHAUÍ, 1985, p. 35).

Dessa forma, através da violência, o agressor procura impor ou obter algo pela força. Há muitas formas de violência que são castigadas como delitos por lei.

Em todo o caso, é importante ter em conta que o conceito de violência varia consoante a cultura e a época. O conceito de violência depende do momento histórico, da localidade e do contexto sociocultural, o que lhe atribui o dinamismo próprio da vida social (ABRAMOVAY, 2006).

A violência costuma se manifestar de diversas maneiras: em guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, assassinato, fome, ódio, desprezo, etc. Essas agressões se caracterizam essencialmente pelo mal que se pode fazer a alguém, e isso pode manifestar-se de diversas formas, como feridas físicas, humilhações, rejeição.

É compreendida como todas as violações dos direitos civis, como a vida, a propriedade, a liberdade de ir e vir, de consciência e de culto; assim como os políticos, como o direito a votar e a ser votado, ter participação política; os sociais,

como habitação, saúde, educação, segurança; os econômicos, como emprego e salário; e os culturais, como o direito de manter e manifestar sua própria cultura.

Sendo assim, a violência é um dos problemas mais avassaladores, dentre tantos quantos assaltam nossa preocupação quotidiana, tanto nas ruas e nos campos quanto nas rodovias e nas cidades e, especialmente, dentro das dependências das escolas.

“O sujeito agressivo tem atitudes agressivas para se defender e não é tido como violento. Ele possui os padrões de educação contrários às normas de convivência e respeito para com o outro.” (ABRAMOVAY; RUA, 2002: p. 73), entretanto, não quer ser chamado de monstro, diz apenas que se defendeu.

O indivíduo que é vítima da violência constante vai ter dificuldade de se relacionar com o próximo e de estabelecer limites, porque estes às vezes não foram construídos no âmbito familiar ou social. Terá uma vivência de intensidade estressante, do momento e logo depois da violência. Mas alguns agredidos tendem a voltar ao seu padrão de vida com o passar do tempo.

SOUZA (2008, p. 126) menciona que os fatores envolvendo essa questão, possuem dois sentidos, pois, se por um lado as ações praticadas pelo aluno, no espaço escolar, ultrapassam o que se considera socialmente aceitável; por outro, compreende-se que essas atitudes têm suas origens na própria realidade vivenciada pelo indivíduo, como uma resposta, em alguns casos, às muitas opressões e violências vividas por ele.

A violência se caracteriza pelo não reconhecimento do outro: o sujeito praticante do ato violento não reconhece a vítima como um sujeito, ou, como afirma Oliveira, o outro não é reconhecido como alguém “com substância moral de pessoas dignas” (OLIVEIRA, 2002, p.12).

1.2 Indisciplina, violência e agressões contra professores

Algumas estratégias usadas atualmente por parte dos professores para lidar com a indisciplina não estão sendo adequadas. Se a repreensão funcionasse, a indisciplina não seria apontada como o aspecto da Educação com o qual é mais difícil lidar em sala de aula.

Nas escolas, segundo os professores, a violência está aumentando não somente do ponto de vista quantitativo como também do qualitativo. Os tipos de violência assinalados por eles como os mais presentes no dia a dia escolar são as ameaças e agressões verbais entre os próprios alunos e entre estes e os professores.

O corpo docente, em seus relatos, vem destacando que a violência, principalmente o desrespeito, é uma constante no meio escolar. Eles indicam que a violência na escola pública está banalizada, provocando inclusive uma nova visibilidade, onde vários atos deixam até de serem percebidos como violentos. Embora menos frequentes, as agressões físicas também estão presentes.

Convive-se no cotidiano com a violência, de uma maneira direta ou indireta. Diariamente, os profissionais são expostos a todo tipo de informações e ou sofrem agressão alusiva a atos de violação de sua integridade física, psicológica e moral através dos seus próprios alunos, segundo destaca uma professora:

O aluno disse que estava apaixonado e a professora não lhe dava atenção, então o aluno revoltado passou a jogar pedras, o aluno chamava palavrões e os alunos faltavam com respeito (PROFESSORA B, 2014).

Conhecemos funcionários de dentro da escola que foram vítimas e também agressoras. Somos nós vítimas ou responsáveis por ações que deixam sequelas físicas e psicológicas. Pensar o problema de maneira sociológica requer, antes de tudo, adotar um distanciamento apropriado, procurando analisá-lo sob um enfoque objetivo.

A violência pela violência não muda as relações e comportamentos que se estabelecem na sala de aula. O aluno que antes já desrespeitava o professor, agora passa a ignorá-lo, estando na escola porque é obrigado, ou seja, é pressionado pelos pais para estarem em sala de aula, fica revoltado e logo passa a atacar o professor mais ferozmente:

A violência que se configura dentro do espaço escolar, manifestada através do comportamento dos alunos, lança professores diante da confusão da possibilidade de um ensino libertador (caso seja esta a sua proposta) e de uma realidade insuportável, na qual os educadores recorrem a expedientes autoritários e até mesmo violentadores, a fim de manter a “ordem geral”. São estabelecidas

regras, controles, punições e dominações para disciplinar os alunos em estados de rebeldia. (OLIVEIRA; MARTINS, 2007. pág. 95).

O professor perde de vez seu espaço como educador; fica indefeso, vivenciando sua profissão com constrangimento, pois sabe que será prejudicado se entrar com um processo na justiça, tais como: perda do emprego, danos a seus bens, ou até a morte. E os alunos que não têm participação nas agressões perdem muito de seu aprendizado. Se não houvesse a violência, o ensino-aprendizagem seria de melhor qualidade.

Hoje, os professores estão sem autoridade na sala de aula, assim, logo ficam desmotivados e estão cada vez mais abandonando sua carreira profissional. Os pais estão repassando para o educador a tarefa de estruturar e educar seus filhos para a vida futura, portanto, estamos presenciando alunos inquietos por estarem nas escolas sem vontade:

Não deve a educação estimular o indivíduo a adaptar-se à sociedade ou a manter-se negativamente em harmonia com ela, mas ajudá-lo a descobrir os valores verdadeiros, que surgem com a investigação livre de preconceitos e com o auto percebimento. Não havendo autoconhecimento, a expressão individual se transforma em arrogância, com todos os seus conflitos agressivos e ambiciosos. A educação deve despertar no indivíduo a capacidade de estar cômico de si próprio, e não apenas deixá-lo comprazer-se da expressão individual. (Krishnamurti,2001, p.04)

Os noticiários vêm narrando com mais frequência, esses traumas de quem precisa conviver com essas violências físicas e psicológicas. Muitos já levaram tapas, chutes, empurrões e socos; uns foram ofendidos não só por alunos, como também por seus pais. Alguns superam o trauma, outros não conseguem voltar à sala de aula por não assumirem o papel de vítimas.

O que era para ser um espaço de educação, de ensino-aprendizagem, um lugar agradável e competente para formar cidadãos, está tornando-se com mais frequência caso de polícia. Os professores e os alunos que almejam ter uma educação para um futuro promissor estão com suas vidas expostas a uma situação mais vulnerável. Suas obrigações de educador e educando estão acudadas:

[...] a escola não é uma entidade alheia ao movimento social, que desempenha em qualquer circunstância sua função específica sem ser atingido pela história, reflexo do sistema de dominação, que

reproduz as ideologias e práticas alienantes identificáveis com os interesses de uma sociedade capitalista, mas, ao contrário é um espaço de permanente conflito e contradição onde se articulam histórias locais, pessoais e coletivas. (SANTOS, 2002, p.199).

1.3. Caracterização dos alunos envolvidos na indisciplina da escola, em sala de aula

A indisciplina que vem aumentando nas escolas não está envolvida somente nas características encontradas no ambiente escolar, os alunos trazem da sua vida cotidiana muitos dramas: problemas sociais, sobrevivência precária e baixa qualidade de vida, além de conflitos nas relações familiares, levando-os a uma imaturidade na forma de lidar com as tensões:

As principais características de indisciplina e que aparecem com mais frequência entre estudantes são na maioria das vezes a incompetência emocional ou tem um comportamento não muito apropriado, onde apresenta uma parte dos problemas de violência que provém de uma falta de controle das emoções e não pode se integrar a habilidade de lidar com os próprios sentimentos. (ZANDONATO, 2004).

O aumento do individualismo, com a tendência para se libertar de toda a obrigação de solidariedade, para só pensar em si,- o egocentrismo - impede o aluno de ver o outro como um mediador na busca do conhecimento escolar. Logo a inveja, o ressentimento ou o ciúme o envolvem por não ter a mesma habilidade, atitude, conhecimento e ou a capacidade de socializar e se integrar no meio dos colegas.

O comportamento de uma pessoa obedece a atitudes e valores mais ou menos de incorporação inconsciente de certos padrões, quadros de violência veiculados pela internet e pela televisão, os quais sedimentam esse cenário.

Diante de um alunado de uma era exclusivamente informatizada, a indisciplina em sala de aula passa a ser um fenômeno que vem sendo discutido por pedagogos e professores, no cotidiano escolar. Portanto, a indisciplina ocupa lugar de destaque dentre as maiores preocupações pedagógicas. Buscam-se soluções para compreender esse fenômeno que atinge um grande número de alunos.

A indisciplina que está em nossas salas de aula; demonstra uma ausência de regras e limites por parte do alunado:

A disciplina escolar não consiste em um receituário de propostas para enfrentar os problemas de comportamentos dos alunos, mas em um enfoque global da organização e a dinâmica do comportamento na escola e na sala de aula, coerente com os propósitos de ensino. (GOTZENS, 2003, p. 22)

A escola deve funcionar através de espaços e tempos geridos com critérios adequados à participação e ao diálogo entre os alunos, e destes com os professores. O problema deve ser contextualizado, analisando-se as suas causas profundas e favorecendo a mobilização de ações alternativas.

Podemos classificar inúmeras questões que levam a violência para o ambiente escolar. Esse sintoma dos tempos educacionais pós-modernos pode ser gerado por: diferenças sociais, culturais, psicológicas, e tantas outras, a exemplo de experiências de frustrações, diferenças de personalidades, competição, inveja de alunos com relação ao professor. Tudo isso envolve vários tipos, áreas, níveis de violência.

A indisciplina é apresentada em alguns aspectos, ou seja, se torna evidenciada na relação social do aluno com os demais colegas, no que diz respeito à falta de cooperação entre estes. E ainda se torna visível mediante a falta de acatamento das normas de convívio na comunidade em que se encontram inseridos.

As pessoas que rodeiam o aluno, mais propriamente a família, influem muito no seu comportamento; portanto os pais são os primeiros educadores. A extraordinária influência dos que quotidianamente lidam com os alunos reflete-se em muitos dos atos praticados por eles.

A ação da família começa desde o berço, muito antes da ação da escola. Tendo uma grande importância a ação familiar na tarefa educativa, reconhecida pela escola, nela impõe-se uma íntima colaboração, que deverá significar a ajuda exercida por ambas as partes (escola e família), na consecução do ideal educativo.

CAPÍTULO II: ESCOLA, A REDE DE PROTEÇÃO

2.1 Consequências da violência escolar para a qualidade do trabalho docente

O que a violência vem trazendo para a educação hoje é de muita preocupação para o corpo docente e discente, e tem tomado proporções inaceitáveis. Os jovens estão assustados, com medo de ser a próxima vítima. Os professores estão angustiados, com medo, pois nunca se sabe o que pode acontecer no cotidiano escolar.

A violência entre professores e alunos também tem crescido, assustadoramente. A violência de alunos contra professores agora é uma regra. Antes os professores puniam os alunos com castigos e palmatória; hoje a regra está o oposto: os professores é que são castigados por leis e violentados por alunos.

Como consequência, a vítima da violência, o aluno ou o professor, além de reproduzi-la, pode reagir através de uma mudança brusca de comportamento. Falta de atenção, baixa autoestima, desprezo à profissão, variação de humor e agressividade são alguns sinais que irão apresentar.

Todas essas agressões consideradas devem ser analisadas no intuito de proteger e educar, tendo como foco primordial analisar especificamente a violência nas escolas, uma vez que a escola é uma instituição que tem como objetivo socializar e ressocializar os indivíduos, para viverem e se aperfeiçoarem para sua vida profissional.

Na vítima da violência, as consequências são percebidas em atitudes passivas, com transtornos emocionais, problemas psicossomáticos, depressão, ansiedade, pensamentos suicidas. Somando-se a tudo isso, a perda de interesse pelas questões relativas ao ensino-aprendizagem, a qual pode desencadear uma situação de fracasso escolar, assim como o aparecimento de transtornos de medo insistente e exagerado da agressão sofrida, sabendo que a situação será de difícil resolução.

Pode-se detectar uma professora ou um professor que sofreu violência escolar, por apresentar um constante aspecto contrariado, tristeza, depressão ou aflição, por faltar frequentemente às aulas e ter medo de enfrentar a classe; assim,

terá um baixo rendimento profissional. Além disso, também será atingido fisicamente, com o aparecimento de doenças.

Dessa forma, é na metodologia da educação que se faz tudo aquilo que não pode faltar, que é vital. Não se pode prescindir, ou recusar, de fazer um levantamento da situação atual e apresentar opções que possibilitem solucionar os problemas que afetam negativamente a escola e as causas a que a violência está relacionada.

Muitas vezes, as vítimas chegam a silenciar a agressão sofrida, com medo de represálias, de ser castigadas pela direção da escola, ou para que seus pares não saibam do ocorrido; e envergonhadas se transferem da escola ou abandonam a educação para viver outros caminhos.

Alguns deles têm a coragem de reagir, alterando sua ansiedade para a agressividade. Para mostrar que não são covardes, logo se tornam revoltados e violentos e passam até agredir outros mais indefesos, tornando-se alvo e agressor ao mesmo tempo.

Quem trabalha na docência jovens ou adultos, está sujeito aos mesmos condicionantes. A violência traz uma situação desagradável e incômoda para o professor que sofreu uma situação dessas. Ele pode carregar consigo traumas do ocorrido, e isso impedirá de acabar seu sofrimento.

O professor trabalha quase sem equipe de apoio, sem bons salários e com outros seres humanos. “Seu trabalho é interativo, com e para o outro” (TARDIF; LESSARD, 2005).

2.2 O Conselho tutelar e o caráter coercitivo de suas decisões

O Conselho Tutelar é um órgão permanente (uma vez criado não pode ser extinto). É autônomo (autônomo em suas decisões, não recebe interferência de fora). Não jurisdicional (não julga, não faz parte do judiciário, não aplica medidas judiciais). É encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Ou seja, o Conselho Tutelar é um órgão de garantia de direitos da criança e do adolescente. (REDE SOCIAL ARCA DE NOÉ, 2009)

O Conselho Tutelar é constituído por pessoas que têm o compromisso ou o dever de ser porta-voz das suas respectivas comunidades, atuando junto a órgãos,

a autoridades competentes e entidades judiciais para assegurar os direitos das crianças e adolescentes. São eleitos cinco membros através do voto direto da comunidade, para mandato de três anos.

Torna-se concreta ou comprovada uma investigação por meio do atendimento dos casos em que as crianças e os adolescentes têm seus direitos violados e são vítimas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Quando uma criança ou adolescente tem seus direitos violados, esse atendimento é iniciado com vistas a analisar todas as circunstâncias do caso para o devido encaminhamento. O Conselho Tutelar tem poder de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social, previdência, trabalho e segurança.

Não é necessário ter uma formação superior para ser um Conselheiro Tutelar. É preciso, apenas, de ter bom senso para se fazer presente onde há violação de direitos ou indícios e possibilidades de violação, e agir para cessá-la ou eliminar o risco de que ocorra novamente. No entanto, não pode agir, mas deve requisitar os órgãos judiciais competentes ou os meios necessários para que faça prevalecer os direitos das crianças e adolescentes.

2.2.1 Atribuições do conselho tutelar

São atribuições do Conselho Tutelar (ECA - Art. 136):

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II da Constituição Federal;
- XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder. (CONSELHO TUTELAR - SÃO LEOPOLDO - RS, 2013)

2.2.2 Caráter coercitivo de suas deliberações

O encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; a orientação, o apoio e o acompanhamento temporários; a matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; a inclusão em programa oficial ou comunitário de tratamento a alcoólatras ou toxicômanos ou em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; a requisição de tratamento médico psicológico ou psiquiátrico e o abrigo em entidade, lembrando que o abrigo é medida passageira e extraordinária que só pode ser utilizada como forma de transição, visando à colocação em família substituta, sem implicar em privação de liberdade (art. 101, incisos I a VII e par. único, do ECA).

Com a correta interpretação e aplicação da lei e o respeito às decisões do Conselho Tutelar, bem como seu imediato cumprimento por seus destinatários, verifica-se que (Digiácomo, 2011):

- O Conselho Tutelar é a autoridade pública à qual a Lei nº 8.069/90 confiou o atendimento especializado e a rápida e efetiva solução dos casos envolvendo a ameaça ou violação dos direitos de crianças e adolescentes nas hipóteses do art. 98, da Lei nº 8.069/90, na perspectiva de evitar o acionamento do Poder Judiciário sempre que necessário fazer com que família, sociedade e, em

especial, o Poder Público, cumpram seus deveres elementares para com os mesmos.

- O Conselho Tutelar possui plena autonomia funcional para tomada de decisões no âmbito de suas atribuições, sendo dotado de poderes e deveres equiparados aos da autoridade judiciária, bem como da prerrogativa de promover diretamente a execução de suas decisões, inclusive, se necessário, por intermédio da requisição de serviços públicos (arts. 131 e 136, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.069/90);

- As decisões do Conselho Tutelar têm eficácia imediata, independentemente de sua ratificação pela autoridade judiciária ou por qualquer outro órgão, sendo obrigatório seu pronto cumprimento, por parte de seu destinatário aos órgãos do Poder Público, a partir do seu conhecimento;

- Caso discorde do teor da decisão tomada pelo Conselho Tutelar, a única alternativa que resta ao seu destinatário, por força do disposto no art. 137, da Lei nº 8.069/90, é o ajuizamento de pedido de sua revisão judicial, sem prejuízo do imediato cumprimento da determinação ou requisição, enquanto sua execução não for suspensa ou revogada por decisão judicial;

- O descumprimento das decisões tomadas pelo Conselho Tutelar caracteriza, em tese, a infração administrativa prevista no art. 249, da Lei nº 8.069/90; e o descumprimento das requisições de serviço, efetuadas com fundamento no art. 136, inciso III, alínea “a”, do mesmo Diploma Legal, configura, também em tese, o crime de desobediência, tipificado no art. 330, do Código Penal, sem prejuízo da aplicação de outras sanções civis, administrativas e mesmo criminais, como decorrência da violação dos direitos infante-juvenis que a intervenção do Conselho Tutelar visava resguardar (cf. arts. 5º, 208 e 216, da Lei nº 8.069/90);

- Ao tomar conhecimento do descumprimento de uma de suas decisões, o próprio Conselho Tutelar deve representar imediatamente ao Juiz da Infância e da Juventude, na forma prevista pelo art. 194, da Lei nº 8.069/90, para fins de instauração de procedimento para apuração da infração administrativa prevista no art. 249, do mesmo Diploma Legal; assim como também provocar o Ministério Público, para fins da tomada das medidas administrativas e judiciais tendentes a ver assegurado, com a presteza devida, o direito infante-juvenil que esteja sendo

ameaçado ou violado, sem prejuízo da apuração da prática do citado crime de desobediência ou ato de improbidade administrativa por parte do destinatário da medida;

- Para que o particular e/ou órgão do Poder Público destinatário da decisão do Conselho Tutelar não tenha de cumprir - com a prioridade absoluta devida - a determinação ou requisição que lhe foi imposta, precisa antes obter sua suspensão ou revisão junto ao Poder Judiciário, pois do contrário será responsabilizado civil, administrativa e mesmo criminalmente por sua omissão.

2.3 Encaminhamento e prevenção dos casos de violência contra professores

No cotidiano interno escolar, os desvios ou condutas inadequados, que violam as normas sociais ou direitas do professor, são cometidos por alunos. Essas agressões variam muito do ponto de vista da gravidade, que chegam a situações de indisciplina e de indelicadeza ou a ofensas mais graves, como agressões verbais e físicas contra os educadores e funcionários.

Como decidir qual será o procedimento mais apropriado - que se possa adotar em cada caso de violência ao professor - tem sido um desafio, algumas ocorrências requerem intervenção policial, enquanto outras demandam a atenção do Conselho Tutelar, ou a intervenção de psicólogos e de assistentes sociais.

No caso de agressão contra o professor, apuramos os fatos, como ocorreu, conversando e analisando os envolvidos, o agressor e o agredido. Levantamos algumas testemunhas e, dependendo o tipo de agressão e conforme o regimento da escola, encaminhamos para o conselho tutelar ou a curadoria da infância e juventude (DIRETOR A, 2014).

Considerando-se a necessidade de conhecer a história do aluno, a fim de obter elementos sobre seu desenvolvimento emocional e agressivo, deve-se levar primeiramente ao conhecimento da família. No contato com os professores e o procedimento adotado pela escola, constatou-se a importância de compreender melhor a queixa, investigando as concepções e atitudes diante das manifestações de agressividade do aluno.

2.3.1 Projeto de lei 191, de 2009 (Senado Federal - projeto de lei do Senado nº 191, de 2009)

Este é o quadro que se vê na sociedade atual: professores sem autoridade e desmotivados nas suas salas de aulas, e o quadro de abandono da carreira de docente; pais que repassam para a escola a tarefa de educar seus filhos; alunos inquietos e desinteressados nas salas de aulas e desacreditados pelo atual sistema educacional; alto índice de desemprego; e governos omissos.

Como a educação é direito de todos e dever do Estado, tendo por princípios a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; a valorização dos profissionais do ensino; a gestão democrática do ensino público e a garantia do padrão de qualidade; por causa dessa problemática de violência, está tramitando um projeto lei de número 191, de 2009 de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS), que foi divulgado no diário do senado no dia 13 de maio de 2009, quarta-feira, o projeto de lei do Senado, nº 191, de 2009 (DIARIO DO SENADO, 2009, P. 16666):

Ementa: Estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.
Assunto: Jurídico - Direito penal e processual penal. Data de apresentação: 12/05/2009, Apelido: (LEI CARLOS MOTA)

Essa Lei estabelece procedimentos de socialização e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriunda da relação de educação.

Para os efeitos dessa Lei, configura violência contra o professor qualquer ação ou omissão decorrente da relação de educação que lhe cause morte, lesão corporal ou dano patrimonial, praticada direta ou indiretamente por aluno, seus pais ou responsável legal, ou terceiros, face ao exercício de sua profissão.

Debates estão sempre à procura de uma solução acerca das principais causas da violência dentro da escola e, conseqüentemente, dos esquemas explicativos e soluções a serem priorizadas, cujas raízes se encontram no sistema; portanto, fora da escola, ligado às interações, situações e práticas adotadas na própria escola.

2.3.2 PNAVE (Programa Nacional de Prevenção à Violência Contra Educadores)

O Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (Pnave) foi Criado pela comissão de Educação da Câmara dos Deputados. O texto prevê medidas punitivas, como o afastamento temporário ou definitivo do aluno ou funcionário violento, ou a transferência do estudante infrator, assim como a licença remunerada do educador que estiver em situação de risco.

As medidas preventivas, cautelares e punitivas do Pnave serão aplicadas pelo Poder Público em suas diferentes esferas de atuação, e consistirão na implantação de campanhas educativas que tenham por objetivo a prevenção e enfrentamento à violência física, moral e ao constrangimento contra educadores.

Na verdade, todos os alunos são potencialmente violentos, sendo a escola sentida como uma imposição por parte da família ou do Estado. Porque os alunos estão contrafeitos, as aulas são para eles locais de constrangimento e de repressão de desejos. Alguns alunos conformam-se e conseguem permanecer na escola sem fazerem grandes distúrbios. Outros revoltam-se, colocando em causa as normas estabelecidas, a autoridade e insurgem-se contra os professores e colegas como ato de poder e robustez física.

A família, escola e Estado são todos agentes encarregados de melhorar o relacionamento entre professores e alunos, evitando dessa forma atitudes de violência de ambos os lados. Os professores devem ser conscientizados e preparados para ensinar de acordo com a sociedade atual e não permanecer apenas com suas práticas tradicionais descontextualizadas com a realidade dos alunos; o Estado deve criar leis que amparem não apenas aos jovens, mas aos professores que são responsáveis pelo desenvolvimento dos alunos e do sistema escolar; e a família deve acompanhar e participar da vida educacional dos filhos, dessa forma em conjunto com a escola poderá discutir e propor o desenvolvimento de medidas que priorizem o respeito aos professores e a convivência em harmonia no ambiente escolar e fora dele. (IV FIDEP, 2012, p.10)

Nos dias atuais, a família tem entregado para a escola o encargo de ensinar e educar seus filhos e acredita que os professores os contagiem com valores morais, regras e conduta, desde seus hábitos higiênicos até boas maneiras. Os responsáveis pelas crianças e jovens alegam que trabalham cada vez mais, e não têm tempo para zelar por seus filhos. Além disso, acreditam que a instrução ampla é função da escola. Logo, a escola pode ser vista como o meio da passagem entre a família e a sociedade.

Vida familiar e vida escolar são simultâneas e complementares. É importante que pais e professores, filhos/alunos compartilhem conhecimentos, alcancem e trabalhem os assuntos envolvidos no seu dia a dia sem cair no ajuizamento de culpado ou inocente; mas buscando envolver as requalificações de cada situação, uma vez que tudo o que se relaciona aos alunos tem a ver, sob algum ângulo, com a escola e vice-versa.

CAPÍTULO III: OS RELATOS DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICO

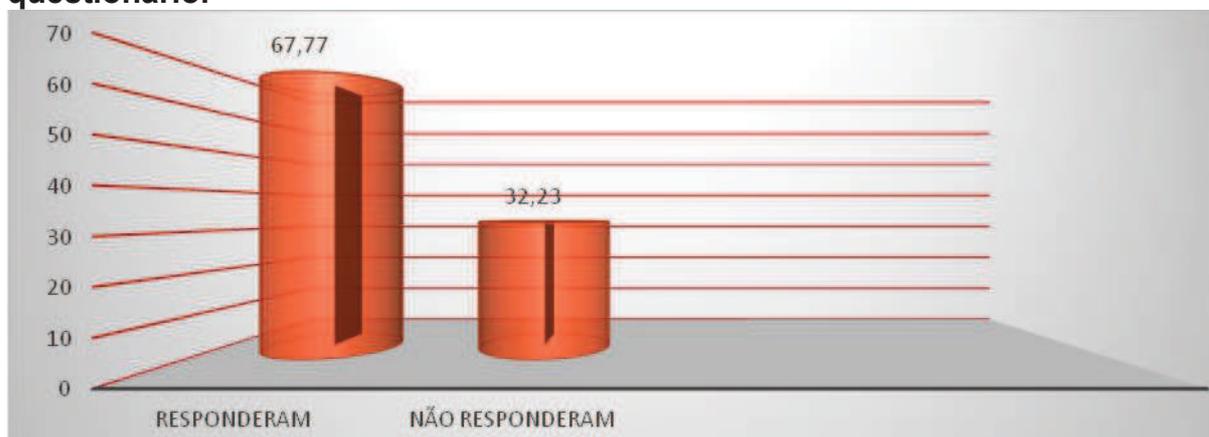
3.1 Objetivos da pesquisa

Nossa pesquisa se deu a partir de levantamentos dos dados realizados a partir de um questionário respondido pelos professores em duas escolas públicas; uma localizada no centro e outra em um bairro da periferia da cidade de João Pessoa, Paraíba. A pesquisa teve como foco a violência física, verbal, psicológica, institucional, moral e patrimonial que, direta ou indiretamente, influencia na motivação profissional em sala de aula.

O objetivo da pesquisa foi um levantamento de dados que permitissem delinear e inventariar os casos de violências, delitos, infrações ocorridos nos estabelecimentos de ensino pesquisados; a fim de obter um relatório específico a partir das informações prestadas no questionário pelos professores de cada estabelecimento escolar.

Para a pesquisa realizada nas duas escolas, foram entregues questionários para os professores; destes, 67,77% responderam, e 32,23% não responderam ou não devolveram o questionário. Conforme a tabela, tais dados demonstram sua importância significativa para a metodologia do trabalho, pois os professores participantes que não responderam ao questionário dariam significativa contribuição, em relação ao tema, para si, enquanto educador, e para a escola.

Tabela 1 – professores que responderam e os que não responderam ao questionário.



A metodologia da pesquisa partiu da combinação de métodos extensivos, ou seja, quantitativos, com métodos compreensivos, isto é, qualitativos; a fim de uma melhor aproximação da realidade cotidiana dos professores; além de mensurar as situações de violências nos estabelecimentos escolares em suas formas como os furtos, agressões verbais, agressões físicas, ataque ao patrimônio, calúnias entre tantos outros.

A presente pesquisa apresenta relatos, testemunhos e desabafos de situações de conflitos e violências nas salas de aulas, a partir das palavras de cada professor que passou por tais experiências, na medida em que se mostram as motivações, as causas, os modos de como ocorreram determinados atos e atitudes tomados pela direção nos contextos das violências na ambiente escolar.

O sistema educacional está cada vez mais distante da realidade das escolas públicas. É necessário que as leis brasileiras sejam mais severas com estes agressores que a cada dia está se alarmando nas nossas escolas, os mesmos não estão respeitando a escola como um todo. É preciso que todos se conscientizem de que os nossos alunos e principalmente nós professores precisamos de segurança nas nossas escolas. (PROFESSOR C, 2014).

A sociedade compartilha regras, normas, leis, embora ela muitas vezes possua reações de obediência ou não a essas leis. As pessoas não reconhecem os direitos do professor, o que leva o sistema educacional a não conceber determinados atos como uma injustiça, tratando-se de um processo de exclusão moral. Ter direitos e deveres é uma realidade do docente; deve ser respeitado e não ser ameaçado ou violado nos seus direitos em sala de aula.

3.2 Análise e estudo das pesquisas realizadas no Lyceu Paraibano e no colégio Prof. Olívio Pinto

O que mais chamou a atenção nos questionários desenvolvidos com os professores foi que existe uma tendência à naturalização da percepção da violência nas escolas; por exemplo, as agressões físicas, as calúnias, as humilhações, os danos materiais e verbais são considerados acontecimentos corriqueiros.

Ressalvadas essas distinções, outra questão diz respeito ao espaço estrutural como possibilidade geradora da violência escolar propriamente dita, como

se analisa nas percepções dos atores que convivem nas escolas sobre as violências no ambiente interno e no entorno da escola (policiamento, agressões a professores e tráfico de drogas, etc.); o funcionamento e as relações sociais na escola (percepções sobre a escola, transgressões e punições, etc.); as violências nas escolas: tipos de ocorrências (ameaças, brigas, violência sexual, uso de armas, furtos e roubos, outras violências etc.), praticantes e vítimas.

A disciplina e medidas de ajustamento social têm que ser levadas a sério, para que o trabalho do professor possa ser efetivo. A participação da família na educação é fundamental, além da participação das autoridades de forma efetiva para que atos violentos de agressão físicos ou psicológicos não sejam alimentados pela impunidade. (PROFESSOR D, 2014).

Sobre a agressão física que causa danos corporais, 17,18% dos professores em ambas as escolas passaram por essas experiências, consistente desde uma simples ferida, uma contusão ou um hematoma, até uma fratura, uma luxação, ou lesão corporal.

Outro tipo de violência é o abuso psicológico. Talvez por se tratar de uma atitude menos detectada como politicamente incorreta, observa-se que 56,10% relatam alguma forma de abuso perpetrado pelo aluno. O abuso psicológico é, às vezes, tão ou mais prejudicial que o abuso físico, e se caracteriza por rejeição, depreciação, discriminação, humilhação, desrespeito e punições exageradas.

Os abusos psicológicos foram direcionados em iguais proporções a professores e professoras. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indelévels para toda a vida, como: forçar a vítima ao isolamento social, por meio de técnicas de espalhar comentários; recusa em se socializar com a vítima; intimidar outras pessoas que desejam se socializar com a vítima; ridicularizar o modo de vestir ou outros aspectos socialmente significativos. Como descreve uma professora:

Na realidade, o desrespeito dos alunos com os professores ocorre quase que diariamente. Muitos nos chamam de incompetentes, mangam das nossas roupas, discriminam por causa da idade, se nos encontra em lojas, rua ou shopping, fazem que não nos conhecem, gritam conosco em sala de aula; de diversas maneiras somos agredidos no nosso dia-a-dia. (PROFESSORA E, 2014).

Com relação a esse tipo de agressão, 6,10% dos entrevistados em ambas as escolas tiveram o desprazer de ouvir palavras ou gestos de algumas atitudes racistas, ou de qualquer exclusão, distinção, restrição ou preferência baseada na raça, cor e nacionalidade.

Todo docente, não importando seu lugar étnico-racial, tem direitos econômicos, sociais e culturais iguais. Mas ainda existem alunos que não têm tal compreensão e agem de forma que denigrem e discriminam o professor baseando-se somente na sua raça, deficiências físicas ou desigualdade de gêneros, utilizando-se de brincadeiras ou comentários, tais como xingamento ou fofoca que contenham ofensas racistas ao professor.

Palavras ofensivas, atitudes depreciativas repetitivas que causam danos à integridade física ou moral do professor são consideradas agressão moral, e foram sofridas por 31,70% dos professores que responderam ao questionário. Geralmente são palavras que, segundo relatos, machucam muito mais que a própria agressão física, pelo fato de provocar um profundo abalo emocional.

Nós, professores, não nos sentimos seguros em sala de aula e principalmente fora de sala de aula. Observamos uma sensação de impunidade muito grande, por isso muitas vezes “fingimos” não ver certas coisas dentro de sala de aula, temendo retaliações morais e agressões. (PROFESSOR F, 2014).

Certamente, muitos conflitos de calúnia acontecem no convívio educacional, porque o ser humano é repleto de imperfeições. Ciúmes, inveja, complexos de inferioridade ou superioridade, vaidade excessiva, arrogância, mediocridade, todos têm que conviver com os próprios artifícios ou expediente astucioso por parte de outrem, onde deveria prevalecer o respeito mútuo e o profissional.

Apesar de a violência patrimonial estar presente na vida do professor que tem um bem material, é pouco representada pelas vítimas. Das duas escolas, apenas 19,51% dos docentes objetivou que tiveram algum tipo de violência patrimonial, associada a desaparecimentos ou roubos de bens, riscos nos seus carros, afetando tanto o valor material quanto o sentimental.

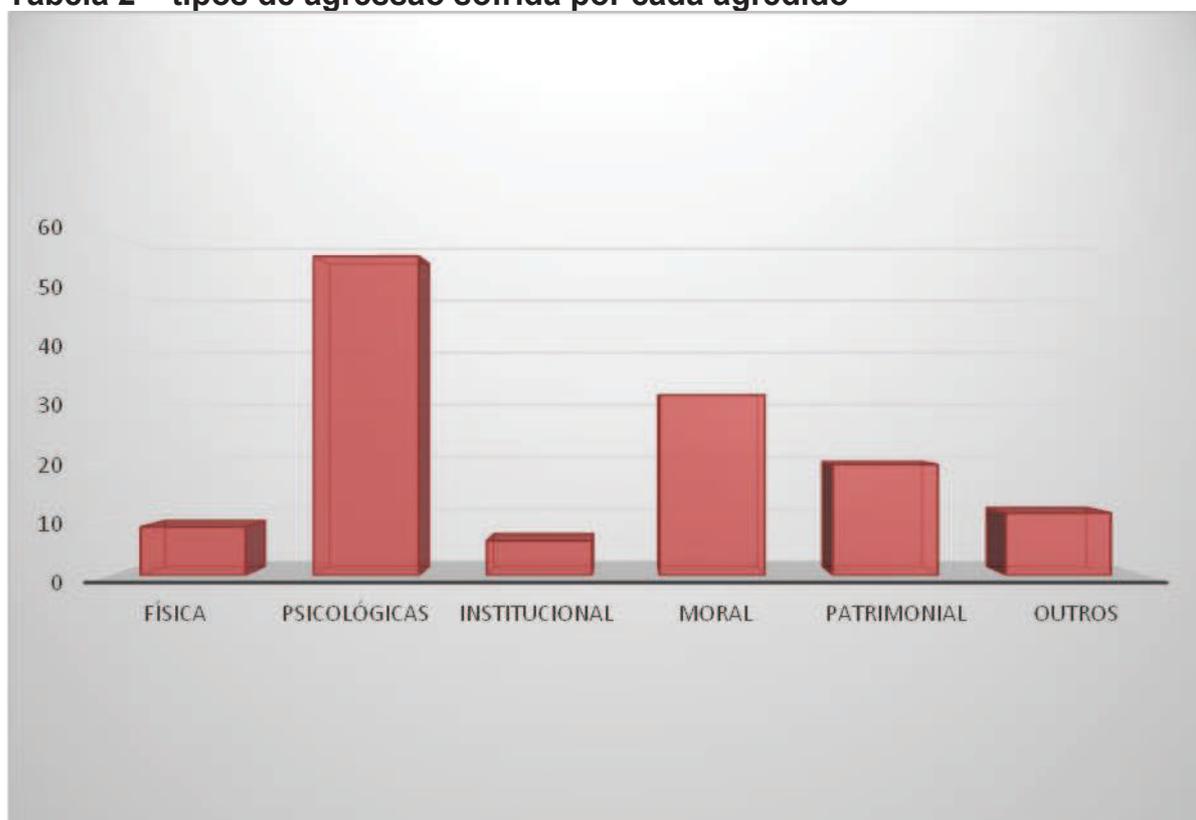
Conclui-se que a violência patrimonial, de natureza complexa e características ou atributos próprios, implica em perda de direitos, significando

tristeza, dor, medo, angústia e até revolta. Raramente se apresenta separada das demais; seria um tipo de vingança, quase sempre pelo fato de não poder agredir física ou psicologicamente a vítima, utiliza-se, então, de tal expediente.

Os agressores utilizam diversos meios para executarem seus atos, dentre os quais, durante as brigas, o agressor usa do artifício de abstrair os bens da vítima para que ela se cale e continue a aceitar a agressão, pois levaria a um constrangimento pior. Os danos materiais podem ser configurados por uma despesa que foi gerada por uma ação ou omissão indevida pelo discente, ou ainda, pelo que se deixou de auferir em razão de tal conduta, caracterizando a necessidade de reparação material: “O dano material foi ressarcido parcialmente” (PROFESSOR G, 2014).

Outra agressão revelada pelos participantes trata-se de um comportamento que atinge a paz de espírito da vítima e cerceia a liberdade do professor, como ameaças de morte - que foi revelado por 2,44% dos docentes; e outros chegaram a sofrer o constrangimento de ter seu rosto cuspidado, segundo 1,22% dos entrevistados.

Tabela 2 – tipos de agressão sofrida por cada agredido



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

3.3 Motivos que levam o aluno à agressividade em sala de aula

Uma nota no vermelho ou uma nota abaixo da média, isso é um dos vários motivos de tanta violência contra o professor. Ocorreu em 8,54% dos casos de agressões sofridas pelos que responderam à pesquisa. O aluno, que muitas vezes já tem um histórico de notas baixas, fica indignado com o docente e, então, parte para a violência descabida. “Não compareceu a avaliação e queria nota” (PROFESSOR H, 2014).

Acredita-se que o aluno, consciente ou não, utilize a avaliação como um pretexto para um estado interno de satisfação ou insatisfação com seu aproveitamento formal. Ele faria do professor um agente corresponsável por essas notas baixas, culpando-o por lhe ter dado notas relativamente inferiores à média, logo parte para uma vingança inaceitável.

A violência sofrida por 36,58% dos professores em sala de aula relaciona-se à difícil tarefa de manter a atenção do alunado em uma atividade, para que ele não venha a fugir das atividades aplicadas pelo professor. Uma vez que estas não são do seu estrito interesse; logo vem a chamada de atenção, que muitas vezes termina em agressões, considerando-se que o agressor não gosta de ser advertido diante de seus colegas.

Na maioria dos casos, o aluno reproduz na sala de aula aquilo que vive em sua própria casa, no convívio com a família, e nas ruas. Há de modo geral, uma crescente banalização da má educação, uma ausência de consciência de limites, uma violência instalada nos lares. Reflexo de um fenômeno que se alastra por toda a sociedade

O maior número de violências sofridas por professores é por parte dos alunos indisciplinados. Violência está caracterizada por qualquer ato ou omissão que contraria alguns princípios do regulamento interno ou regras básicas estabelecidas pelo professor na sala de aula. Segundo a pesquisa, 59,75% dos professores sofreram violência por alunos indisciplinados. A indisciplina é uma resposta à autoridade do professor.

Tem-se a “violência na escola” que (...) acontece através da troca de agressões físicas e verbais entre alunos ou alunos e professores assim como também existe a “violência da escola”. A escola, como reprodutora da ideologia dominante e das desigualdades sociais,

empareda professores e alunos em suas normas, regras e leis, impedindo-os de movimentar-se para direcionarem-se de maneira autônoma e, sobretudo, transformadora. Assim, a escola (sociedade) que ensina e pratica a violência, tem como sua representante a instituição escolar, que vivencia e exerce também suas violências. (OLIVEIRA; MARTINS, 2007. pág. 97).

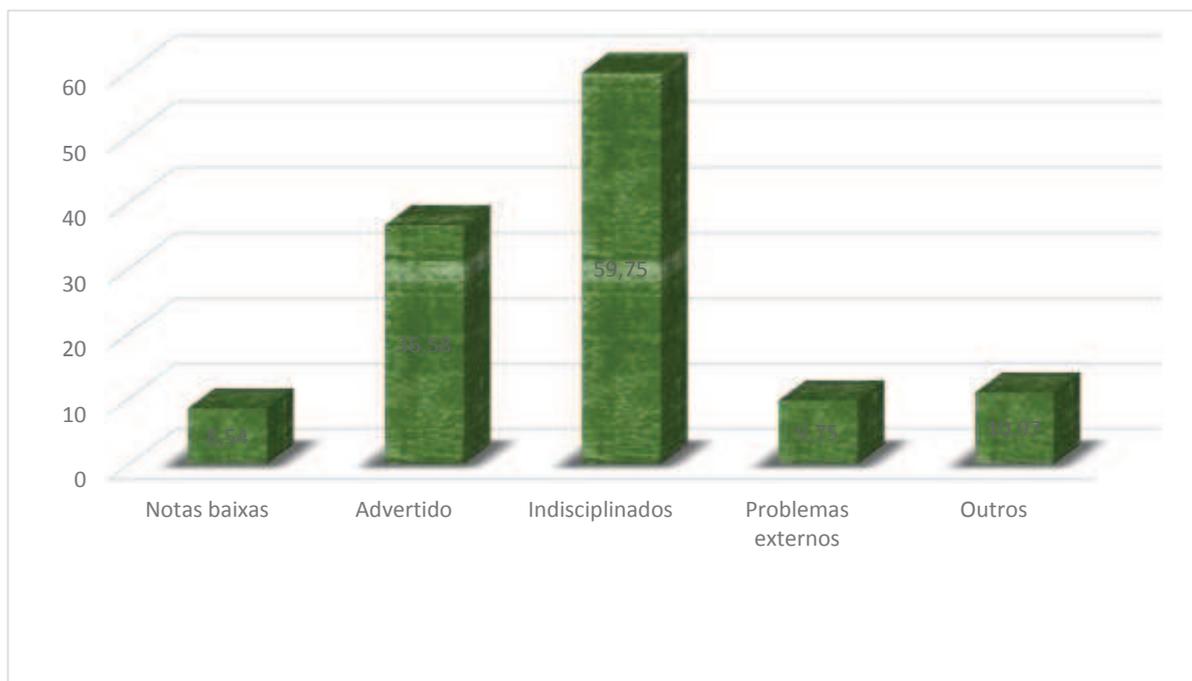
A própria constituição física ou intelectual do aluno pode provocar comportamentos indisciplinados. A imaturidade, a vadiagem, a desatenção, a incapacidade de fixação, o baixo rendimento escolar, tudo isso gera a agressividade, sendo a violência um meio de desabafo que pode ser diagnosticada como um sintoma de distúrbios.

Infelizmente, o direito dos jovens e adolescentes que lhes dá prioridade - e a falta de estratégia dos professores estão potencializando cada vez mais o problema da indisciplina e legitimando-a dentro da sala de aula. Os próprios professores estão, desprovidos de aviso, sem advertência, potencializando a indisciplina quando assumem algumas posturas, talvez acreditando que estão combatendo o problema.

A violência de modo geral nas escolas jamais serão resolvidos se a direção não chamar as famílias à ordem para participarem com a responsabilidade da educação dos seus filhos, com acompanhamento permanente, sob pena do fracasso escolar dos filhos e segurança física e psicológica dos professores. (PROFESSOR I, 2014).

Outros fatores que podem levar a violências contra o professor, muitas vezes vêm da parte externa da instituição de ensino. No aspecto exterior, influi as questões de gêneros, as relações raciais, os meios de comunicações, o espaço social onde a escola está estabelecida, as influências criminosas e econômicas. Dos professores que sofreram agressões, 9,75% foram de alunos que trouxeram seus problemas externos para despejar no docente.

Na tabela seguinte, observa-se o percentual de cada um dos fatores que podem ser motivo de desencadear a violência de alunos contra professores na escola – dentro da sala de aula.

Tabela 3 – Motivos pelos quais o aluno agride o professor

Fonte: Dados da pesquisa, 2014

3.4 Tipos de reações e transtornos emocionais após a agressão

Todas estas situações de transtornos podem iniciar várias manifestações que desenvolvem um estresse pós-traumático. Em decorrência da situação violenta sofrida, alguns docentes vivem a experiência de violência como traumática, o que significa que vivem uma intensa reação de estresse que não se desfaz, e eles não retornam ao seu estado psicológico habitual.

É possível que o professor venha a sofrer um quadro de TSTP – Transtorno do Stress Pós-traumático. Ou seja, muitos deles vêm a sofrer durante o processo e continuam sofrendo mesmo depois das agressões terem tido fim. Eles passam a reviver constante e internamente todo o sofrimento: surgem imagens em sua mente, pensamentos invasivos e a incapacidade de voltar à sala de aula sem que se lembre do acontecido.

A baixa autoestima, decorrente da violência levou 37,80% dos docentes a se sentirem inadequados para enfrentar os desafios da vida, passando a não acreditar nos seus potenciais e capacidade de dar resposta às questões da vida. Da

mesma forma, 47,56% dos professores sentiram-se revoltados por seu agressor não ter sido punido, pois estavam protegidos pela lei.

É importante salientar que muitas vezes os professores não percebem que estão convivendo com um agressor por já terem todo um histórico de vida convivendo com alunos de significativa agressividade.

3.5 Punições ao agressor

Considerando os fatos descritos, assim como ocorre nas escolas, a violência é um problema social que prejudica a qualidade do ensino e principalmente atinge a disposição do docente. Inúmeros profissionais de educação abandonaram suas carreiras devido à violência descabida dentro das salas de aula.

Os alunos agressores não têm, segundo os relatos unânimes dos professores, sofrido nenhuma penalidade realmente eficaz, o que ocasiona mais violência. Assim, os principais fatores causadores de toda essa violência é a falta de responsabilidade e a impunidade, como relembra o professor: “Acharam que era coisa de adolescente e fizeram pouco caso, a direção da escola me aconselhou a esquecer” (PROFESSOR J, 2014)

Dos entrevistados, 26,83% afirmaram que os alunos agressores sofreram algum tipo de “punição”; já 64,63% dos docentes afirmaram que os agressores saíram impunes; uns favorecidos pela lei, diz um professor: “por ser menor de idade, e porque hoje em dia eles têm mais direito do que nós professores” (PROFESSOR K, 2014); e outros não tiveram punição por entrar em acordo com a direção da escola. Infelizmente, 8,54% dos professores não responderam ao questionário.

As punições foram insignificantes, como exemplo: “Apenas suspensão das aulas e mudança de turma e turno” (PROFESSOR L, 2014); “Expulsão de sala”, diz um professor (PROFESSOR M, 2014). Já outro agressor teve de “consertar o patrimônio” (PROFESSOR N, 2014) outro “foi chamado à delegacia, pediu desculpa e ficou notificado”. (PROFESSOR O, 2014).

Infelizmente, a violência virou rotina nas escolas públicas; a impunidade é o que prevalece nos estabelecimentos escolares: “Infelizmente não há punição, as leis são brandas e não valorizam o profissional da educação como ele merece”

(PROFESSOR P, 2014). E relembra o docente: “de menor, a lei protege” (PROFESSOR Q, 2014).

O aluno que me agrediu moralmente foi chamado junto com a sua mãe ao conselho escolar juntamente com o conselho tutelar e ficou decidido que o aluno permaneceria na escola sem restrições. Deram mais uma chance. (PROFESSOR R, 2014).

Impunidade. Fragilidade do professor diante do alunado - ele está à mercê de verdadeiros malfeitores travestidos de menores. Esse é o cenário macabro que as políticas educacionais silenciam, e que os debates sobre os problemas da educação negligenciam. Fala-se sobre recursos financeiros, estruturais, direitos e pluralidade cultural. Mas há um silenciamento sobre o que está ocorrendo em termos de violência no cotidiano escolar. Diz um professor: “Na maioria das vezes, infelizmente, é atribuída ao próprio professor a responsabilidade por impor respeito na sala e resolver lá mesmo as questões” (PROFESSOR S, 2014). Com isso, indisciplina e violência explodem contra os professores que relembram os casos nas suas experiências:

Ele participava de uma gangue e a diretora disse que não teria coragem de punir o aluno.

.....
O diretor da escola não tinha autonomia, apresentava medo de sofrer represália.

.....
Por falta de prova material e de testemunhas que se dispusesse a relatar o fato, e falta de apoio dos professores e da direção para levar o caso até as autoridades competentes.

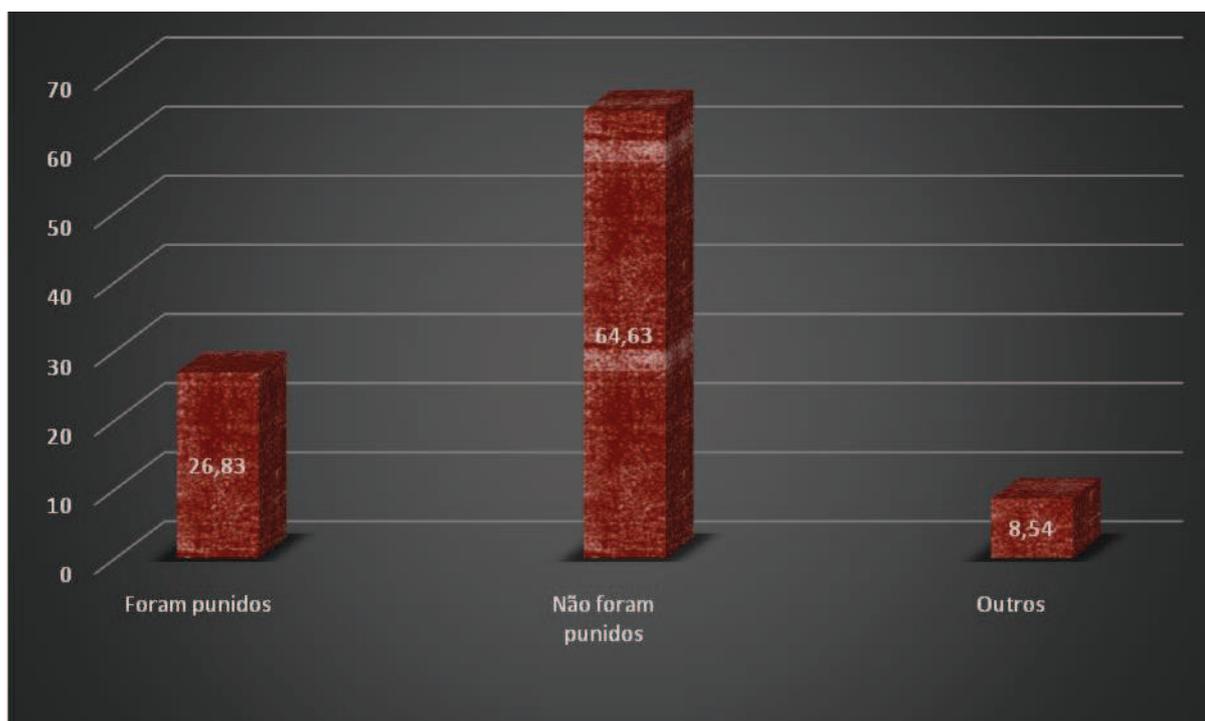
.....
A direção da escola passou a ‘mão na cabeça do agressor’, conversou com eles e os pais e não ocorreu mais o fato. (PROFESSOR T, 2014).

O aluno infrator poderá ser suspenso e, na hipótese de reincidência grave, será encaminhado à autoridade judiciária competente. “Na época não quis levar adiante, pois foi resolvido na própria escola, com o afastamento do aluno das atividades escolares” (PROFESSOR U, 2014). Em outros comentários, diz que:

O aluno foi apenas afastado 15 dias das atividades escolares, mas não retornou mais para a escola, preferiu desistir.

.....
 A mãe foi intimada a comparecer à delegacia, no entanto, ela mudou de endereço, retirou o aluno da escola e ficou por isso mesmo, (PROFESSORES V, 2014).

Tabela 4 – Punições para o aluno agressor



Fonte: Dados da pesquisa, 2014

3.6 Relatos dos professores que sofreram agressões dos seus alunos

Constatou-se, a partir da pesquisa, que os agressores de professores em sala de aula são sempre adolescentes ou jovens na faixa etária do ensino fundamental e médio.

A segurança dos professores, funcionários e alunos é um problema crescente para as comunidades escolares. Como descreve um professor, “A escola deixou de ser um lugar seguro para trabalhar, estudar... Enquanto as leis não mudarem a escola também estará na condição de refém desse sistema que está aí” (PROFESSOR X, 2014).

A segurança deve ser uma preocupação comum a todos os membros da comunidade educativa – pessoal docente e não docente, alunos, pais, encarregados

de educação e autoridades competentes ou uma representação autárquica. “Eu acho que nós professores precisaremos de mais segurança para trabalhar e, acima de tudo, respeito” (PROFESSOR Y, 2014).

O sistema educativo está desacreditado e defasado no relato de alguns dos vários professores pesquisados. Segundo descreve o professor:

O sistema educacional em nosso país está o caos, em detrimento de uma política que não dá incentivo à educação, por conta disso estamos vendo um ensino deficiente sem credibilidade, estamos enfim de mãos atadas (PROFESSOR W, 2014).

A violência contra o professor é um dos fatores que não está relativamente vinculado diretamente com o funcionamento do sistema educacional ou das escolas. Assim destaca um professor: “deve-se ser feita uma reestruturação geral. Prefiro a forma de tratamento tradicional” (PROFESSOR Z, 2014). Um professor responde da seguinte maneira:

O sistema educacional está cada vez mais distante da realidade das escolas públicas. É necessário que as leis brasileiras sejam mais severas com estes agressores que a cada dia está se alarmando nossas escolas, os mesmos não estão respeitando a escola como um todo. É preciso que todos se conscientizem de que os nossos alunos e principalmente nós professores precisamos de segurança nas nossas escolas (PROFESSOR AA, 2014).

Para o professor, é preciso melhorar as leis. O problema dos discentes está, na maioria das vezes, na sociedade, e não na escola, que é apenas um reflexo de um sistema defasado; e é prioritário a uma categoria. Entregam toda responsabilidade para escola, sendo que o professor não pode nem chamar a atenção de alunos. O fato é que a situação vem piorando cada vez mais, o que é reforçado pelo professor:

Eu acho que nós funcionários públicos estamos à mercê dos discentes, pois com este nosso sistema educacional e de justiça falho, onde todos os direitos são dados aos discentes, e nós só temos que acatar e engolir tudo que é imposto, pois educação, justiça, saúde e segurança não funcionam para o trabalhador honesto deste país, (PROFESSOR BB, 2014).

Sabemos que em qualquer época essa tarefa de lecionar não foi nada fácil, mas com o passar dos anos vem ficando cada vez mais complicada essa missão de educar: O que se comprova com a fala dos participantes da pesquisa: “Hoje educar está muito difícil, haja vista que a violência chegou as nossas escolas, motivados pelo uso das drogas” (PROFESSOR CC, 2014).

Hoje em dia, está muito difícil lecionar, visto que o aluno não tem muita força de vontade em aprender, e dificuldades em casa e da própria adolescência terminam por prejudicar esses mesmos alunos. (PROFESSOR DD, 2014).

A escola prepara o aluno para a cidadania, e não para o ódio, a agressão; portanto, é necessário combater a violência e a intolerância” (PROFESSOR BB, 2014).

Seria necessário que os alunos fossem educados sem as tentações influenciadoras do mundo do crime e da destruição âmbito familiar. Em minha opinião, parte ‘bem grande’ dessa indisciplina deve-se à falta de educação doméstica (PROFESSOR EE, 2014).

Se a violência é um problema social que está presente nas ações dentro dos estabelecimentos escolares, e se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo, “É importante que haja a tríade Escola/Família/Justiça” (PROFESSOR FF, 2014).

Os professores são obrigados a cumprirem determinadas regras e leis que beneficiam categorias privilegiadas, logo ficam à mercê dos que praticam a violência e aproveitam para se proteger dessas leis, como diz um professor: “porque não existe lei para punir adolescentes”, e ainda desabafa, “Porque toda e qualquer palavra de um adolescente é considerada verdadeira perante a palavra de um adulto”, e por fim “Esse tal de ECA é uma fábrica de bandidos” (PROFESSOR GG, 2014).

Apoiar um adolescente carente, abandonado, necessitado; uma maravilha. O que não é aceitável sé que os menores criminosos sejam protegidos. Eles cometem crimes e mais crimes, além de serem usados por bandidos adultos para assumir delitos, inclusive violência aos professores. Infelizmente transformaram o estatuto em uma verdadeira meIECA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas escolas, as relações do dia a dia deveriam traduzir respeito aos professores, funcionários e alunos, através de atitudes que levassem à amizade, harmonia e integração das pessoas, de um ensino-aprendizagem ampliado visando atingir os objetivos propostos no projeto político pedagógico da cada instituição.

No entanto, o que se vê é um ambiente de hostilidade e agressividade, tanto entre os próprios alunos, quanto entre estes e os professores e ou outros funcionários da escola, a violência na escola é decorrente do medo de ser reprovado ou de ameaças que o aluno sofre em casa.

A violência entrou de vez no currículo escolar dos brasileiros. Só que agora, infelizmente, em vez de um saudável e democrático conflito no campo das ideias, alunos, professores, diretores e funcionários precisam cada vez mais conviver com agressões, ameaças e abusos.

A violência escolar sempre se origina dos problemas socioeconômicos enfrentados no âmbito familiar. Essa problemática não deixa de ser verdade, pois, se os alunos não encontram uma sociabilidade progressiva dentro da sua família, logo esses transtornos influenciam-nos negativamente prejudicando seu desempenho educacional, levando para a escola as marcas da violência.

No cotidiano da escola, a agressão psicológica e a moral são as mais usadas pelos alunos. As demais violências nem sempre são percebidas, até porque a escola é um dos mais eficazes agentes desta violência simbólica, que reforça e se soma às formas de violência já trazidas das famílias.

A instituição escolar não está preparada e nem tem autonomia para trabalhar a violência escolar e a ética em seu currículo. É importante entregar e resgatar a responsabilidade do Estado na definição de políticas públicas nas escolas que combatam e minimizem a violência presente no meio social educacional.

Como a ética, os meios sociais e a moral são os princípios básicos para a existência humana e como formas de representações ao combate a violência, será necessário investir nesse campo a partir de palestras, debates, mas também de espaços disciplinares que atuem no sentido de instauração de novas condutas, como descreve Zenaide:

A ética trata, portanto, do comportamento do homem, da relação entre sua vontade e a obrigação de seguir uma norma, do que é o bem e de onde vem o mal, do que é certo e errado, da liberdade e da necessidade de respeitar o próximo. A ética revela que nossas ações têm efeitos na sociedade, que cada homem deve ser livre e responsável por suas atitudes. A responsabilidade se constitui como um elemento fundamental da vida ética do indivíduo. (ZENAIDE, 2003, P. 20).

A escola tem que exercer um importante papel nesse processo de combate à violência contra o docente, uma vez que ela prepara os seus alunos também para serem aceitos socialmente.

A violência física provocada pelos alunos contra o professor é a mais fácil de ser identificada, classificada e resolvida pela escola, por deixar marcas visíveis e hematomas; embora a violência psicológica e moral também muito praticada contra os professores faça tanto estrago quanto à agressão física que, na maioria dos casos, nem sempre é resolvida pela escola.

Lembrando que a violência que ocorre na escola não é senão sintoma de uma cultura e de uma sociedade anormalizada. Como afirma Santos:

Se a escola está desvinculada da sociedade, mas é parte integrante dela, havendo um aumento da violência do meio social, do mesmo modo vai haver um aumento da violência no ambiente escolar. Neste sentido, não é possível fazer da escola um território de livre violência, se o que se passa dentro desse espaço, se o que acontece diariamente diante de nossos olhos, vem de fora, do meio social onde os alunos estão se desenvolvendo/vivendo e, portanto, tem raízes sociais. (SANTOS, 2002, p.199)

Muitos professores não estão satisfeitos com a profissão de educador, os maiores motivos dessa insatisfação seria à falta de respeito dos alunos, a indisciplina que atravessa o sistema educacional e a perda de autoridade do professor na sala de aula.

As leis que estão sempre sendo criadas em favor dos jovens e adolescentes estão servindo para o que poderia se chamar de redimensionamento do poder, onde os alunos por saberem que são os privilegiados com a legislação não medem nem temem as consequências dos seus atos agressivos contra os professores.

Para que a violência contra o docente seja minimizada deve haver uma mobilização conjunta entre o estado, a justiça e a escola com propostas que garanta

a motivação do educador em lecionar e combatam a violência sofrida pelos professores.

Professores agredidos por alunos, danos dos bens materiais, professoras assediadas, ofensas entre professores e alunos. Todos esses são ações ou fatos de violência que já existem em algumas situações internas da escola, e que o cotidiano precisa enfrentar com a mesma firmeza com que as autoridades debatem a violência fora da sala de aula. Do contrário, nosso papel de formador não será cumprido, uma vez que o professor está perdendo não só seu lugar de autoridade, mas também de suposto saber.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M; RUA, M. das G. **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, Banco Mundial, UNAIDS, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABRAMOVAY, M. ET al. **Cotidiano das escolas: entre violências**, Brasília: UNESCO, Observatório de violências nas escolas, MEC, 2006.

BRASIL. CAMARA DOS DEPUTADOS. **Programa Nacional de Prevenção à Violência contra Educadores (Pnave)**, Brasília. DF, atualizado: 19/12/2013 - 14h42 disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camارانoticias/noticias/educacao-e-cultura/459869-educacao-aprova-programa-de-prevencao-a-violencia-contraprofessores.html>>. Acesso em 18 de maio de 2014.

BRASIL. SENADO FEDERAL, **projeto de lei do senado nº 191, de 2009**. Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília-DF OS: 12606/2009, Disponível em: <<http://www.observatoriodaeducacao.org.br/images/pdfs/paim.pdf>>. Acesso em 19 de março de 2014.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Brasília, DF, 7 ago. 2006.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CONSELHO TUTELAR - SÃO LEOPOLDO, **ECA - Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar**, atualizada em 27 de janeiro de 2013, disponível em: <<http://conselhotutelarsl.blogspot.com.br/2013/01/art-136-sao-atribuicoes-do-conselho.html>>. Acesso em 7 de junho de 2013. 18 de março de 2014

DIGIÁCOMO, MURILLO JOSÉ, **O Conselho Tutelar e o caráter coercitivo de suas deliberações**, Paraná, disponível em: <http://www.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Conselho_Tutelar_carater_coercitivo_de_suas_deliberacoes.pdf>. Acesso em: 18 de março de 2014.

ESTATUDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES, Lei nº 8.069/90 atualizado com a Lei nº 12.010 de 2009, Brasília, 2009.

GOTIZENS, C. **A disciplina escolar: prevenção e intervenções nos problemas de comportamento**, 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

KRISHNAMURTI, J. **A educação e o significado**. São Paulo. Curtriz,2001.

MATOS, F. A. DA S.; VIANA, S. S. A.; GURGEL, C. R. **A violência contra professores: saberes e práticas**, IV fidep, fórum internacional de pedagogia, Parnaíba, PI, ed. Realize, 2012

OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. **Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra.** Psicologia & Sociedade; 19 (1): 90-98; jan/abr. 2007.

REDE SOCIAL ARCA DE NOÉ, Alves, Marcelo Luciano **O que é Conselho Tutelar e para que serve,** Marcelo Luciano Alves, março 2009, Disponível em: <<http://arcadenoe.eco.br/forum/topics/o-que-e-conselho-tutelar-e#.U1Fdb1VdUhM>>, Acesso em 18 de março de 2014.

SANTOS, SHEILA DANIELA MEDEIROS DOS, **Sinais dos tempos: marcas da violência na escola,** Campinas, SP, Ed. Autores Associados, 2002

SOUZA, MIRIAN RODRIGUES DE, **violência nas escolas: causas e consequências,** Aparecida de Goiânia – 2008.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas;** tradução de João Batista Kreuch. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TREMBLAY, Richard E.; GERVAIS, Jean; PETITCLERC, Amélie. **Prevenir a violência pelo aprendizado na primeira infância.** 32 p. 1ª edição. Montreal (QC): Centre d 'excellence pour le développement des jeunes enfants, 2008.

ZALUAR, A. & LEAL, M.C. **Violência extra e intramuros.** In: Revista brasileira de Ciências. Sociais. Vol. 16, nº. 45, 2001.

ZANDONATO, Zilda Lopes, **indisciplina escolar e a relação professor-aluno: uma análise sob as óticas moral e institucional,** UNESP, 2004.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Ética e cidadania nas escolas.** João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

¹ PORTAL, EDUCAÇÃO, por: colunista portal – educação, criado em 2001, Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/direito/artigos/24924/conceito-de-violencia>>. Quarta-feira, 26 de dezembro de 2012. Acesso em 16 de março de 2014.

² ADOLESCENCIA, PORTAL VIVENDO A, criado por um adolescente capacitado como AAVS (Agente Adolescente Voluntário de Saúde) em 1999, Disponível em: <<http://www.adolescencia.org.br/site-pt-br/tipos-de-violencias>>. Acesso em: 16 de março de 2014.
